

ANTECEDENTES DO ENSINO TÉCNICO - BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO

Selma de Fátima Vanderley

RESUMO

Este artigo aborda a gênese do ensino técnico no Brasil que se inicia num período em que a sociedade estava organizada basicamente entre os grandes proprietários de terra e a força de trabalho escrava. O objetivo é compreender como ocorreu a transmissão de conhecimentos técnicos, também designado como ensino de profissões manuais ou de ofícios, durante os períodos colonial e imperial. Esses conhecimentos eram ensinados de acordo com as atividades que se apresentavam como necessárias ao desenvolvimento econômico-social do país. Ao longo do período estudado houve diferentes formas de realizar essa aprendizagem, como nos engenhos, na Companhia de Jesus, nas Corporações de Ofícios, nos Arsenais da Marinha, Colégio das Fábricas dentre outras. Todas essas iniciativas apresentavam duas características principais: um ensino não sistematizado e destinado aos menos favorecidos.

Palavras-chave: Ensino técnico; Brasil Colônia; Brasil Império.

INTRODUÇÃO

O contexto de surgimento do ensino de ofícios vem desde o Brasil Colônia, num período onde a sociedade era predominantemente agrícola, as fazendas produziam e consumiam os produtos necessários à subsistência. Seu desenvolvimento está envolto às demandas da sociedade, inicialmente ligadas à produção da cana-de-açúcar, da extração das jazidas e outras atividades econômicas que foram sendo realizadas ao longo dos séculos, sendo incorporado por meio de diversas iniciativas.

O objetivo deste trabalho é justamente compreender como ocorreu a transmissão desses conhecimentos técnicos no período que corresponde ao que a história denomina como período colonial e período imperial, identificando suas principais características, bem como as iniciativas relacionadas ao ensino das profissões que deram origem ao ensino técnico formal que atualmente conhecemos.

Para tal empreitada foi necessário contextualizar um pouco do desenvolvimento econômico-social do país, uma vez que, o desenvolvimento das profissões está intimamente relacionado às demandas do desenvolvimento da sociedade.

O ENSINO DE PROFISSÕES NO PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL

No período que se estende do descobrimento do Brasil até a proclamação da República o país é marcado pelo escravismo, inicialmente dos indígenas e, com o tráfico africano, somou-se os negros. Nesse período a estrutura social predominante no

país é a do modo de produção escravista colonial, baseada nas grandes plantações e no trabalho escravo (FRANCO, 1984).

A economia na Colônia estava estruturada, durante os séculos XVI e XVII, na agro-exportação da cana-de-açúcar, onde, inicialmente, foi utilizado o trabalho dos indígenas. Furtado (2005) observa que, para atender as necessidades das grandes plantações, a captura e o comércio dos indígenas constituíram uma atividade econômica complementar à indústria açucareira, realizada pelos grupos não ligados diretamente à atividade da cana-de-açúcar.

Prado Junior (2008, p. 35) assinala que

[...] no Brasil se recorreu, a princípio, ao trabalho dos indígenas. Estes já se tinham iniciado na tarefa no período anterior da extração do pau-brasil; prestar-se iam agora, mais ou menos benevolentes, a trabalharem na lavoura de cana. Mas essa situação não duraria muito. [...] Aos poucos foi se tornando necessário força-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo. Não eram passados ainda trinta anos do início da ocupação efetiva do Brasil e do estabelecimento da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizava e instituíra firmemente em toda parte.

Nota-se que na etapa inicial da colonização do Brasil, a mão de obra nativa foi de grande importância para a organização da colônia, sendo a única força de trabalho encontrada para realizar o trabalho em uma economia fundamentada na agricultura rudimentar.

Posteriormente, foi introduzido o trabalho escravo dos negros traficados da África, Prado Junior (2008) observa que não se sabe ao certo quando os primeiros negros africanos foram trazidos para a Colônia, mas afirma que “o processo de substituição do índio pelo negro prolongar-se-á até o fim da era colonial”.

Dessa forma, a sociedade estava organizada basicamente entre os grandes proprietários de terra e a força de trabalho escrava, seja dos índios ou dos negros africanos. As atividades do campo eram predominantes, com as cidades configurando somente como um complemento daquele. “A fazenda, naquela época, era um centro de produção e um centro de consumo” (FONSECA, 1986, p. 15).

Nesse período, os conhecimentos sobre os ofícios, principalmente no campo, eram passados nas próprias oficinas que ficavam próximas às casas-grandes, com isso, aos poucos, o ensino dessas profissões manuais foi sendo transmitido aos escravos.

Fonseca (1986, p. 15) aponta que:

Era, pois, nas próprias fazendas, nas rudimentares oficinas situadas ao lado das casas-grandes, que se dava a transmissão dos conhecimentos profissionais, feita sem caráter sistemático, de acordo com os imperativos da realidade e do momento e em decorrência direta da necessidade que se apresentava. A segregação social, a economia da época e a incipiente cultura reinante não permitiam, nem estavam a exigir, outra forma de aprendizagem de ofícios.

Além do ensino das profissões manuais feito aos escravos nas fazendas, o que contribuiu para a transmissão desses conhecimentos foi à chegada da Companhia de Jesus. No que diz respeito à organização dos processos educacionais, os jesuítas deram início à difusão da instrução por meio da tarefa de catequizar, ampliando assim a esfera de influência da igreja católica na colônia, através da evangelização dos índios. Fonseca (1986, p. 16) descreve que “O ousado plano que traziam para a epopéia da doutrinação baseava-se principalmente no pensamento de difundir a instrução”. Cunha (2005a, p. 32) observa que na Europa os jesuítas contratavam trabalhadores externos para realizar os ofícios, mas no Brasil, devido à falta de artesãos, os padres trouxeram de lá irmãos para praticarem suas especialidades e “ensinarem seus misteres a escravos e a homens livres, fossem negros, mestiços ou índios”.

Fonseca (1986) assinala que o ensino de ofícios realizados pelos padres aos escravos se deu a partir das necessidades encontradas pelas missões jesuítas, inclusive nas construções das capelas para a evangelização, assim, os missionários passaram a ensinar o elementar de algumas profissões necessárias à organização da Companhia de Jesus.

[...] E como havia poucos artífices, os missionários foram também mestres de ofícios, formando numerosos discípulos nas artes de tecelagem, da carpintaria, da ferraria ou da sapataria. Chegaram, mesmo, a montar oficinas de certo vulto, destinadas a fornecer os elementos de que necessitavam os engenhos e a lavoura, ministrando nelas, que se achavam a muitas léguas, sertão a dentro, os rudimentos das profissões manuais, que os silvícolas aprendiam facilmente. Aquêles ensinamentos, porém decorriam das imposições da vida em ambiente bruto, onde tudo estava por fazer. Apareciam ocasionalmente, quando a necessidade se fazia sentir. **Não constituíam uma preocupação civilizadora e nem faziam parte das diretrizes educacionais que os Jesuítas se haviam duramente traçado e seguiam com rigor.** (FONSECA, 1986, p. 20, grifo nosso)

Para Fonseca (1986) a instrução introduzida pelos jesuítas era uma educação intelectualizada ministrada aos filhos dos colonos e o ensino de profissões manuais que

era destinado aos indígenas, foi determinado pelas circunstâncias não tendo um caráter sistematizado, aconteceu de acordo com a exigência do momento. Não era, portanto, um dos objetivos da Companhia de Jesus realizar o ensino de profissões aos indígenas, buscava-se apenas a evangelização dessa população a fim de ampliar os domínios da igreja católica, no entanto, devido à realidade com que os jesuítas se depararam na Colônia, iniciaram essa instrução para atender as suas próprias necessidades.

Por outro lado, Manfredi (2002, p. 68) aponta que,

[...] os colégios e residências dos jesuítas sediados em alguns dos principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as ‘escolas oficinas’ de formação de artesãos e demais ofícios, durante o período colonial.

Dessa forma, considerando os apontamentos dos autores supracitados, a Companhia de Jesus apesar de promover uma instrução voltada aos filhos dos colonos, teve sua importância no ensino de ofícios no Brasil Colônia, porém, esse ensino elementar por ser destinado aos escravos, marcou essa modalidade de ensino como destinada às classes menos favorecidas, conforme assinala Fonseca (1986, p. 22) “É que, desde então, habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais.”

Durante o período colonial, como mencionado, predominou-se nos primeiros séculos XVI e XVII, o emprego do trabalho escravo nas grandes plantações de cana-de-açúcar e o ensino de ofícios se realizava nos engenhos, posteriormente, com a descoberta das jazidas de ouro no século XVIII, novos ofícios foram sendo necessários à realização dessa atividade que, segundo Prado Junior (2008), ocupará o centro das atenções no cenário econômico da colônia durante três quartos de século.

Portanto, as diferentes formas de gerar trabalho estavam associadas à organização dos diferentes sistemas de produção. As características de uma época ou sociedade é que estabeleciam as formas de ensino de profissões e isso, conforme as necessidades advindas do desenvolvimento das atividades na Colônia.

Com a descoberta do ouro no fim do século XVII, vários engenhos começaram a cessar suas atividades e vilas nasciam da noite para o dia. Vila Rica, Mariana, São João Del Rei, são exemplos notórios. Se, por um lado, **o ouro produziu profissões ligadas à lavra do metal** e à sua fundição, por outro lado, produziu o êxodo para o interior daqueles que exerciam as chamadas “profissões mecânicas”. Assim, para deter tal movimento, foram baixadas Cartas Régias (1703, 1706) que proibiam a ida de “homens de ofício” para as minas. (RODRIGUES, 2002, p. 52)

O excerto acima demonstra como as demandas por ofícios surgiam de acordo com as mudanças ocorridas no desenvolvimento da sociedade. Cunha (2005a) inscreve que, conforme as cidades vão sendo fundadas e ampliadas, as atividades artesanais vão também se ampliando em diferentes pontos da colônia, para atender às demandas que vão sendo postas.

A intensificação da atividade econômica e a necessidade de defesa da Colônia fez aumentar a importância, nas cidades, da burocracia do Estado (a administração, o Exército, a Justiça, a Igreja), dos estabelecimentos de comércio de exportação/importação e dos nodos do comércio interno. Gerou-se, assim, uma nova demanda de artesãos de todos os tipos para a construção dos equipamentos permanentes necessários àquelas funções, à sua reparação, e, também, para a prestação de serviços aos funcionários do Estado, aos comerciantes e seus empregados. (CUNHA, 2005a, p. 39)

Dessa forma, o desenvolvimento das cidades trouxe novas oportunidades para o ensino de ofícios, ampliando a área de atuação dos artesãos, inclusive com a criação das Casas da Moeda. Semelhante ao que ocorria nos engenhos, a aprendizagem nas Casas da Moeda se fazia também sem método e sem caráter sistemático, no entanto, diferia dos engenhos no que se referia ao público, pois, segundo Fonseca (1986, p. 80) se dirigia “[...] aos elementos brancos da sociedade, filhos de colonos, ou de pequenos funcionários das próprias Casas onde se trabalhava o ouro.” E acrescenta que “[...] surgia com o aspecto de preparo de pessoal para as necessidades do serviço, não aparecendo cercada das ideias de assistência a menores desvalidos, que mais tarde tolheriam o desenvolvimento do ensino de ofícios”. Com isso, o ensino de ofícios recebeu uma iniciativa diferente daquela predominante, de estar associado aos menos favorecidos.

No desenvolvimento do ensino das profissões, havia também aquele realizado por meio das Corporações de Ofícios, essas corporações tiveram origem na Europa e, com a colonização do Brasil feita pelos portugueses, foram aqui introduzidas. As Corporações de Ofícios, mais conhecidas na colônia como Bandeiras dos Ofícios representavam a associação de todos os que realizavam o mesmo trabalho.

Segundo Fonseca (1986, p. 30), nas corporações “O mestre representava o nível mais alto na escala hierárquica da profissão, ao qual se seguiam os oficiais e, por último, os aprendizes.” Havia a possibilidade de ascensão de uma categoria para outra, assim o aprendiz poderia se tornar oficial e este mestre. A aprendizagem dos ofícios iniciava geralmente entre doze e quatorze anos, o jovem deixava a casa dos pais e ia

residir com o mestre de quem deveria aprender a maneira de trabalhar. O mestre tinha certas obrigações para com o aprendiz, além do cuidado e do ensino de uma profissão, cabia-lhe também o ensino da doutrina cristã e, ao mestre, ficava a família do aprendiz comprometida a proporcionar alguma forma de gratificação. Fonseca (1986) observa ainda que não se sabe exatamente quando as Corporações de Ofícios passaram a funcionar na Colônia, mas sua existência se deu até o início do século XIX, quando foram abolidas pela primeira Constituição Política de D. Pedro I, em 1824.

Na evolução do ensino de ofícios na Colônia, os Arsenais da Marinha tornaram-se também centros de aprendizagem. As necessidades da construção naval levaram mestres e contra-mestres a se fixarem nos Arsenais da Bahia, Pará ou Rio de Janeiro para difundir seus conhecimentos junto aos aprendizes, pois não havia outro meio de conseguir pessoas para realizar os serviços, mesmo com as Bandeiras de Ofícios, pois não se encontravam homens suficientes para produzir algum trabalho profissional.

Fonseca (1986, p. 90) destaca que:

Incontestável foi a importância dos Arsenais da Marinha na transmissão de conhecimentos das profissões manuais. Na época do Brasil-Colônia constituíram um dos poucos pontos em que as autoridades governamentais se preocuparam com o problema e admitiram nos seus quadros aprendizes de ofício, aos quais, à moda de então, só se ministravam conhecimentos práticos, nas oficinas de trabalho, sem a preocupação do necessário acompanhamento teórico.

Segundo a afirmação de Fonseca (1986), os Arsenais da Marinha foram uns dos poucos locais que tiveram uma preocupação com o acompanhamento teórico no ensino de ofícios, principalmente, considerando que no período colonial, o ensino das profissões manuais era repassado de forma empírica, pelas experiências práticas dos artesãos.

Durante o Brasil Colônia, a aprendizagem de ofícios se deu de forma não sistematizada, sendo ensinados os ofícios que iam se apresentando como necessários ao desenvolvimento das atividades econômicas da Colônia. Sobre isso, outro fator a ser destacado, se refere à proibição do funcionamento de estabelecimentos industriais na Colônia a partir do Alvará de 5 de janeiro de 1785, no entanto, apesar do alvará datar de 1785, desde o início desse século há registros que determinam o fechamento e destruição de alguns estabelecimentos industriais. Com essa decisão o ensino de ofícios

ficou prejudicado, pois, eram os estabelecimentos industriais uns dos impulsionadores da demanda por profissões especializadas.

Fonseca (1986, p. 100) descreve que:

O ensino de profissões, cuja maior aplicação se encontra justamente na indústria, estava, pois, naturalmente, cerceado no seu desenvolvimento, uma vez que os possuidores de uma arte qualquer encontravam dificuldade em empregar suas atividades.

Essa realidade começa a se alterar com a independência da Colônia e a vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, que autorizou, por meio de alvará datado em 1º de abril de 1808, o retorno da atividade industrial no Brasil, permitindo assim, o estabelecimento de qualquer gênero de manufatura e indústria a fim de proporcionar formas de adiantar a riqueza do país.

Logo após permitir o estabelecimento de indústrias no Brasil, D. João VI criou, em 1909 o Colégio das Fábricas, que se constituiu no,

[...] primeiro estabelecimento que o poder público instalava em nosso país, com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes, os quais vinham de Portugal atraídos pelas oportunidades que a permissão de indústrias criara no Brasil. (FONSECA, 1986, p. 102)

Segundo Cunha (2005a), o Colégio das Fábricas compreendia dez unidades situadas em diferentes endereços, com a realização de oito oficinas: de tecidos largos de sedas e algodão; galões e fitas; gravação em metal e madeira; estamparia de chitas e cartas de jogar; veludos; carpintaria e marcenaria; serralheria e ferraria; tornearia. Esses colégios se manteriam com a venda das obras neles fabricadas, no entanto, essa proposta não progrediu, uma vez que, os estabelecimentos industriais que absorveriam essa mão de obra não surgiram da maneira como se esperava, inclusive pela concorrência inglesa. Em 1812, o Colégio das Fábricas foi desativado. (CUNHA, 2005a)

Nessa época (1810) houve também a iniciativa do Exército com a criação de uma Companhia de Artífices para suprir a ausência de mão de obra especializada. Essa Companhia era formada quase que exclusivamente por soldados e fomentou a indústria de armamentos, promovendo também o ensino de profissões ligadas a essa indústria. A Companhia de Artífices foi o cerne da aprendizagem de ofícios, que anos mais tarde, se desenvolveu no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Além do Colégio das Fábricas e da Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército houve também a tentativa de instalação, na Capitania de Minas Gerais, de

“uma escola de serralheiros, officiaes de lima e espingardeiros para se occuparem de preparar fechos de armas.” (FONSECA, 1986, p. 121). A principal finalidade era que os aprendizes se aperfeiçoassem no preparo de fechos para armas de tropa.

Outras iniciativas relacionadas ao ensino de ofícios que ocorreram com a chegada de D. João VI são apontadas por Fonseca (1986), tais como os aprendizes da Real Impressão, a aprendizagem de lapidação de diamantes, tentativas de ensino têxtil em Minas, o Instituto Acadêmico, a Missão Artística Francesa, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, o Seminário de São Joaquim e o Seminário dos Órfãos da Bahia.

Segundo esse autor, o Seminário dos Órfãos da Bahia marca a história do ensino de ofícios, pois dá início a instalação de uma série de estabelecimentos destinados a recolher órfãos e dar-lhes ensino profissional.

Na evolução do ensino de ofícios, a aparição do Seminário dos Órfãos, da Bahia, representa um marco de incontestável importância. A própria filosofia daquele ramo de ensino foi grandemente influenciada pelo acontecimento e passou, daí por diante, a encarar o ensino profissional como devendo ser ministrado aos abandonados, aos infelizes, aos desamparados. (FONSECA, 1986, p. 114)

De acordo com Fonseca (1986), a partir da criação do Seminário dos Órfãos, o ensino de ofícios passou a ser associado às crianças abandonadas e desamparadas, reforçando-o como um ramo de ensino destinado às classes menos favorecidas que, desde o Brasil Colônia já vinha manifestando essa característica, como quando ensinado aos escravos nos engenhos. E acrescenta que não havia ainda na história encontrado nenhum outro com essa finalidade “Mas daqui por diante, pelo espaço de mais de um século, todos os asilos de órfãos, ou de crianças abandonadas, passariam a dar instrução de base manual aos seus abrigados.” E, “receberiam a instrução de primeiro grau, sendo, em seguida enviados para as oficinas públicas ou particulares, mediante contrato e fiscalização do Juiz de Órfãos, a fim de aprenderem um ofício” (FONSECA, 1986, p. 114, 151).

Dessa forma, o ensino de profissões manuais foi assumindo como característica, na maioria das iniciativas de implantação, o atendimento dos grupos menos favorecidos da sociedade.

Com o processo de Independência, Cunha (2005a) assinala que houve a necessidade de ampliação dos arsenais de guerra. Em 1836 havia, além do Arsenal do

Rio de Janeiro, outros cinco espalhados pelo país e nas oficinas de todos eles havia menores aprendendo ofícios artesanais e manufatureiros.

Segundo Cunha (2005a, p. 112)

Os estabelecimentos militares foram, assim, os primeiros a explicitarem a utilização no Brasil, a partir da segunda década do século XIX, de menores órfãos, pobres ou desvalidos, como matéria-prima humana para a formação sistemática da força de trabalho para seus arsenais [...]

A formação de artífices para os arsenais reforçava uma ideologia da destinação desse ramo de ensino aos menos favorecidos que não tinham condições de opor resistência. Os órfãos e abandonados eram encaminhados pelos Juizes aos arsenais militares e submetidos à aprendizagem de ofícios, avigorando uma separação entre o público a que se destinava o ensino de artes manuais e o ensino clássico.

Fonseca (1986) problematiza que o ensino de ofícios estava predestinado, desde seus primórdios, a atender um tipo de público, que o associava a um ensino de segunda categoria. “O ensino necessário à indústria tinha ido, inicialmente, destinado aos silvícolas, depois fora aplicado aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos. Passaria, em breve, a atender, também, a outros desgraçados.” (FONSECA, 1986, p. 147)

Posteriormente, na segunda metade do século XIX, houve algumas iniciativas no ensino de ofícios que se destinaram aos cegos e surdos-mudos, como a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. “Os cegos passariam a aprender tipografia e encadernação e os surdos-mudos, sapataria, encadernação, pautação e douração.” (FONSECA, 1986, p. 147). Segundo este autor seriam estes os “outros desgraçados” a quem se destinaria o ensino de ofícios, reforçando a ideologia de que esse ramo de ensino estava voltado aos pobres.

Nota-se então que, no processo de constituição do ensino de ofícios desde o Brasil Colônia até o Império, houve o surgimento de diferentes instituições focalizadas, Cunha (2005a, p. 109) aponta que existiam iniciativas,

[...] ora de associações civis, ora do próprio Estado, ora, ainda, do entrecruzamento de ambas. Surgiam da providência do ministro do Império, de presidentes de província, de assembleias provinciais legislativas. Resultavam, também, de iniciativas de sociedades constituídas de particulares, em geral membros da burocracia do Estado (civil, militar e eclesiástica), da nobreza e da burguesia latifundiária e mercantil. Em todas as iniciativas, o Estado marcava sua forte presença, se não na instituição, direção e manutenção das

escolas de ofícios, pelo menos na transferência dos indispensáveis recursos financeiros.

Dentre essas iniciativas, houve a criação das casas de educandos artífices que foram criadas e mantidas inteiramente pelo Estado. Entre as décadas de 1840 a 1865 foram criadas dez casas de educandos pelos presidentes das províncias do Pará, Maranhão, São Paulo, Piauí, Alagoas, Ceará, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Sul e Paraíba. Segundo Cunha (2005a, p. 113), “sua clientela era constituída, predominantemente, de órfãos e expostos, o que as fazia serem vistas mais como ‘obras de caridade’ do que ‘obras de instrução pública’[...]”.

Essas casas de educandos tinham dupla finalidade, a primeira era desviar do caminho dos vícios os jovens que cresciam desamparados evitando que se tornassem um peso à sociedade, a segunda era aproveitá-los para formar trabalhadores artífices conforme essas províncias necessitavam. Também com esse caráter de amparo aos órfãos e formação da força de trabalho, houve a criação do Asilo de Meninos Desvalidos, no Rio de Janeiro, que teve grande notoriedade entre esses estabelecimentos.

Com a decadência do escravismo na segunda metade do século XIX, os filhos dos escravos libertos também receberam uma escola profissional. Segundo Cunha (2005a), em 1882 foi criada para eles, a Escola Mista da Imperial Quinta da Boa Vista.

Também nesse período, o ensino de ofícios teve sua aplicação nos Liceus de Artes e Ofícios, organizados por sociedades civis, que eram compostas por membros da burocracia do Estado, nobres, fazendeiros, ou comerciantes (Cunha, 2005a). Os Liceus, como as demais iniciativas já mencionadas, também se destinavam ao amparo de órfãos e ao ensino de artes e ofícios.

Fonseca (1986, p. 160) destaca que um traço importante do período imperial foi a

[...] predominância da cultura intelectual, representada pelas profissões liberais, sobre qualquer outra forma de instrução, principalmente sobre a que se baseava no emprego das mãos. Só a instrução geral e literária era considerada nobre. Aquela, porém, que visava ao preparo do trabalhador manual era tida como vil.

Nesse prisma e considerando o quadro mais geral da educação no Brasil, a situação educacional do país no período que se estende até a proclamação da República,

manteve como tendência um ensino secundário destinado a uma pequena parcela da população que visava o ingresso no ensino superior e um ensino superior que estava voltado à formação da elite dirigente que ocupava os principais postos da administração e da política. Fonseca (1986, p. 160) afirma que isso operou

[...] uma verdadeira separação em classes. De um lado, uma minoria de homens altamente instruídos, vivendo uma vida intelectual intensa e divorciada das duras realidades nacionais, e de outro, enorme massa de povo analfabeto, ou quase, arcando com as tarefas pesadas dos trabalhadores humildes.

De acordo com a história do ensino de ofícios desde o Brasil Colônia, essa “massa de povo analfabeto” seria o público a quem esse ramo de ensino era destinado, que significava a realização de trabalhos manuais que requeriam a força, fortalecendo uma distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Segundo Manfredi (2002, p. 70) isso se deveu ao fato de que:

[...] o emprego da mão-de-obra escrava para a execução de atividades artesanais e de manufatura acabou criando a representação de que todo e qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual consistiria em um ‘trabalho desqualificado’.

Com o fim do período imperial já nas últimas décadas do século XIX, importantes mudanças ocorreram no cenário nacional. A abolição findou o trabalho escravo e alterou o quadro econômico que se estruturava na escravatura, inclusive com a imigração dos europeus para o Brasil que ocuparam vagas de trabalho no campo e na cidade, deixadas com o fim da escravidão. O período republicano que se iniciava apresentava novos horizontes para o país e também para o ensino técnico.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Na história dos ofícios durante o período em voga, as diferentes formas de gerar trabalho estavam associadas à organização dos diferentes sistemas de produção. As características de uma época ou sociedade é que estabeleciam as formas de ensino de profissões e isso, conforme as necessidades advindas do desenvolvimento da sociedade.

Nomeado como ensino de ofícios e também ensino de profissões manuais, o ensino técnico no período colonial e imperial era repassado de forma empírica, pelas

experiências práticas dos artesãos, portanto o ensino ainda não tinha um caráter sistemático.

O que marcou o ensino técnico durante esse período foi o público a quem se destinava. O ensino de profissões manuais foi assumindo como característica o atendimento dos grupos menos favorecidos da sociedade, iniciando com os escravos, os órfãos, filhos dos operários. Adquiriu ao longo de sua história um caráter negativo, sendo associado a um ensino de segunda categoria que perdurou por várias décadas, inclusive durante o período republicano.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005a.

FRANCO, Luiz Antonio Carvalho; SAUERBRONN, Sidnei. **Breve histórico da formação profissional no Brasil**. São Paulo: CENAFOR, 1984.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. Disponível em: <http://cei1011.files.wordpress.com/2010/05/feb_celsofurtado.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2014.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 4 jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/246/253>> Acesso em: 8 ago. 2014.